

Metaweberianismo

Sérgio da Mata

Resumo

O objetivo do texto é apresentar a mais recente contribuição de Gangolf Hübinger aos Weber Studies, mostrando como a história intelectual se constitui como um dos poucos campos de investigação das ciências humanas por meio dos quais podemos estudar e, quem sabe, mesmo explicar Weber weberianamente. A inovadora abordagem de Hübinger articula o conceito de milieu social-moral de Lepsius com a teoria de Koselleck sobre a relação entre o advento de Zeitschwellen e inovações metodológicas.

Palavras-chave: Max Weber. História intelectual. Sociologia dos intelectuais.

HÜBINGER, Gangolf. **Max Weber. Stationen und Impulse einer intellektuellen Biographie.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2019. 419 p.

A sociologia compreensiva compreende a si mesma? Em outras palavras: caso apliquemos os métodos e conceitos de Weber a Weber, o que se obtém então? A *Weberforschung* nunca deu uma resposta razoável a essa questão. O horizonte epistêmico de uma hipotética metassociologia weberiana jamais poderia se limitar ao caso específico de seu pai fundador. Sucumbir à “tentação” idiográfica significaria, nesse caso, se autocontradizer. Como quer que seja, tal paradoxo nos parece comportar, ao menos, uma exceção. A sociologia histórica dos intelectuais é talvez a única vertente da sociologia compreensiva em que Weber, por assim dizer, pode se constituir em objeto de si mesmo. Ainda que o mestre alemão não tenha elaborado uma sociologia dos intelectuais *stricto sensu*, encontramos em sua obra os alicerces de uma subdisciplina cuja importância ganhou em importância nas últimas décadas, e que – de Gramsci a Schumpeter, de Schelsky a Bourdieu – nunca deixou de buscar inspiração em Weber.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

É na senda aberta por essa “exceção” que caminha o novo livro de Gangolf Hübinger. Não obstante seu título, o que o leitor tem diante de si não é propriamente uma biografia, mas sim um minucioso trabalho de reconstrução histórico-sociológico. Membro do comitê diretor da *Max Weber Gesamtausgabe* e um dos mais autorizados intérpretes do pensamento weberiano, Hübinger organiza suas investigações a partir da premissa exposta no clássico estudo de Reinhart Koselleck (2014, p. 27-72) sobre a relação entre inovações metodológicas e a experiência de transformações históricas de largo alcance. Trata-se, portanto, de reler Weber numa perspectiva que ultrapassa em muito a tradicional contextualização no âmbito político e acadêmico. Numa perspectiva sistêmica e macro-histórica, o *espaço de experiência* de Weber coincide com o que Hübinger (2019, p. 2) considera ser o advento de um novo limiar cultural (*Kulturschwelle*) que tem seu epicentro na Europa Ocidental de inícios do século passado. Um momento da história europeia caracterizado pela afirmação do capitalismo moderno e da democracia, pela assim chamada “crise do historicismo”, e pela imersão em uma cultura cada vez mais exposta ao ambiente urbano, ao pluralismo de visões de mundo e aos conflitos de interesses (HÜBINGER, 2012, p. 121-122). De tal forma que o complemento necessário da sociologia histórica dos intelectuais, tal como a entende e pratica Hübinger, é aquela mesma história cultural que Weber reivindicara para si quando da publicação da *Ética protestante*. Grande conhecedor do *milieu* protestante-liberal oitocentista alemão, tema de sua tese de livre-docência, o autor situa Weber em diálogo com o campo literário de seu tempo (dos irmãos Heinrich e Thomas Mann a Robert Musil), com a história das editoras e dos grandes empreendimentos editoriais, e, por fim, com o florescente universo das revistas acadêmicas da época.

O livro está dividido em cinco partes, a primeira delas intitulada “Conduta burguesa de vida e orientação científica”. Hübinger revisita as fases iniciais da socialização familiar e acadêmica de Weber enquanto membro da “burguesia culta” da Alemanha guilhermina. Sua rápida ascensão acadêmica será interrompida, como se sabe, pelas sucessivas crises nervosas que o levam a pedir demissão em 1903. A partir desse momento, ele se torna *Privatgelehrter*, um “erudito autônomo”. Para Hübinger, é precisamente esta condição que permite a Weber transitar com liberdade por

campos tão distantes entre si como a metodologia das ciências humanas, a estrutura agrária alemã, a gênese do espírito do capitalismo e a revolução liberal na Rússia. Weber não seria, porém, um tipo “puro” de *Privatgelehrter* (HÜBINGER, 2019, p. 54), uma vez que, mantendo o cargo de professor honorário, não raro era consultado sobre a escolha de novos catedráticos em Heidelberg. Mais importante foi, sem dúvida, sua participação na criação do *Arquivo para a Ciência Social e Política Social*, onde publicou alguns de seus mais importantes trabalhos, bem como na organização da nova edição do *Manual de economia política* da editora Siebeck. Sua transição da economia política histórica para a sociologia está diretamente ligada à preparação deste grande projeto editorial (que seria efetivamente concluído apenas em 1930!) – e que, como mostra Hübinger (2019, p. 61-72), era somente um dentre inúmeros projetos similares conduzidos pela indústria editorial alemã naquele momento.

Particularmente interessante se afigura o capítulo 4, onde Hübinger aborda a pouco estudada questão da linguagem *de* Weber. Afastando-se da “linguagem da vida”, a partir de 1903 os textos de Weber enfatizam cada vez mais o esmero conceitual, mas num estilo que é, às vezes, demasiado prolixo, atormentado, elíptico. Hübinger (2019, p. 79) admite, de forma bem humorada, que “o Prêmio Sigmund Freud de prosa científica [...] nunca seria concedido a Weber”. Por outro lado, as cartas enviadas dos Estados Unidos em 1904 e ensaios como “Seitas e igrejas” revelam um autor capaz de passar com facilidade da “reportagem social” à “descrição densa”, de imbuir suas criações de “vivacidade e de brilhantismo narrativo” (HÜBINGER, 2019, p. 75, 79). Não resta dúvida que as fases mais difíceis de sua enfermidade cobraram aí o seu preço. Hübinger evoca adiante uma curiosa distinção proposta por Mario Rainer Lepsius, segundo a qual o que diferencia sociologia e história, de um ponto de vista linguístico, seria a ênfase da primeira nos conceitos e da segunda no uso de metáforas. Tal distinção, que a nosso ver não encontra amparo no “ensaio sobre a Objetividade”, é imediatamente relativizada na seção que Hübinger dedica à metáfora do “desencantamento do mundo”. Bem sabemos como Weber recorre com relativa frequência a metáforas como a “couraça de aço”, a figuras de linguagem como o “sacrifício do intelecto”, ao carlyleano “last of our heroisms” ou ainda àquela “noite polar, de escuridão e dureza férreas”

com que conclui *Política como vocação*. Hübinger abre, portanto, um importante campo de possibilidades para pesquisas futuras, ao mostrar que muito da força ilocucionária dos textos de Weber nem sempre advém da sua extensa galeria de tipos ideais. Na esteira de alguns poucos trabalhos (como os de Frederick Jameson, Achim Seiffarth e Hinnerk Bruhns) que se dedicaram à questão, o autor permite ver como o plano propriamente retórico, metaforológico e, inclusive, tropológico da obra de Weber ainda demanda um tratamento sistemático.

A segunda parte do livro, denominada “Ideias e conflitos de ideias”, discute as afinidades eletivas entre Weber e Thomas Mann (que reivindicava, para si, o fato de ter percebido antes da publicação da *Ética protestante* a relação de causalidade entre protestantismo e capitalismo), bem como a paradoxal relação de Weber com o jornalismo e aqueles a quem chamava, num tom que nada tinha de elogioso, de “literatos”. De fato, há algo de irônico em fazer de um “corresponsável” pela manutenção da acepção negativa que, ainda hoje, o conceito de intelectual preserva na linguagem política alemã (HÜBINGER, 2019, p. 106) um tema de história intelectual. O conceito de intelectual praticamente não aparece em Weber; sua difusão na Alemanha ainda era incipiente naquele início de século XX. O emprego do termo “literato” por Weber ocorre principalmente em seus escritos políticos da época da guerra. Nesta rubrica cabem todos aqueles que, em sua opinião, não estavam à altura dos acontecimentos e das necessidades do país: os entusiastas da ética da convicção, os “românticos”, os irracionalistas, os representantes daquele “puerilismo” a que se referiria Johan Huizinga (2017, p. 157-168) mais tarde. Numa época de rápida expansão da imprensa – em 1910 havia na Alemanha cerca de 4.000 jornais –, é natural que também o número e a influência dos “literatos” aumentasse tremendamente. Daí que, a despeito de toda reserva pessoal, Weber tenha se interessado em coordenar um estudo pioneiro sobre a sociologia da imprensa (WEBER, 2002). O projeto não seguiu adiante porque a disputa judicial entre Weber e o *Dresdner Neueste Nachrichten* a propósito do famoso “Caso Ruge”, em inícios de 1911, acabou lhe vedando o acesso às principais redações alemãs. Que o tratamento científico do papel do jornalismo na sociedade moderna suscitava forte interesse se evidencia no

fato de que em 1916 era criado na Universidade de Leipzig um *Institut für Zeitungskunde*, sob a direção do economista Karl Bücher.

O confronto aberto de Weber com os “literatos” se torna aberto por ocasião dos famosos encontros promovidos pela editora Eugen Diederichs no castelo de Lauenstein em 1917. A editora Diederichs se notabilizara por ser um espaço de difusão da crítica cultural e de formas alternativas de religiosidade, florescentes sobretudo entre os mais jovens. Hübinger dedica os capítulos 6 e 16 de seu livro a reconstruir a participação de Weber nesse evento, o que se revela fundamental para entender as motivações por detrás da conferência *Ciência como vocação*, proferida em Munique apenas cinco semanas depois do evento em Lauenstein. Particularmente interessante, nesse sentido, é a leitura do protocolo, reproduzido por Hübinger, do encontro de fins de maio de 1917, onde é descrita a acalorada discussão entre Weber e o teólogo Max Maurenbrecher.

Situar Weber em seu tempo, quando se processava a “dupla revolução cultural” provocada pela cientificização do mundo, pela transição “da cultura liberal-burguesa das elites para uma comunicação democrática de massas”, pela bem-sucedida alfabetização da população, pela aceleração dos processos sociais e pela “pluralização do mundo da vida”, implica situá-lo na encruzilhada entre dois mundos. A nova dinâmica social, conclui Hübinger (2019, p. 137), “constituía o elixir da vida dos intelectuais”. Mas também de reações tipicamente antimodernas, como o antissemitismo. Seu alastramento pode ser medido pelo fato de que o mais influente veículo do antissemitismo radical de então, a revista *Das Zwanzigste Jahrhundert*, chegou a ser dirigida por ninguém menos que Heinrich Mann. Em seu livro, Hübinger mostra como o grande sucesso do livro de Werner Sombart *Os judeus e a vida econômica* não pode ser entendido fora deste contexto. Recorrendo a uma explicação “étnica” da origem do “espírito do capitalismo” (expressão cunhada por ele, não por Weber), Sombart não apenas se contrapunha à perspectiva histórico-cultural adotada por Weber em seus artigos de 1904-1905 mas também conferia um verniz de respeitabilidade “científica” a preconceitos profundamente enraizados (HÜBINGER, 2019, p. 152). De sua parte, Weber manteve ao longo de toda a vida, como *Privatgelehrter* e como homem público, uma clara distância em relação ao antissemitismo. Em 15 de janeiro de 1919, ele assina

com sua esposa Marianne um manifesto publicado no *Heidelberger Zeitung* em que se denuncia a transformação dos judeus em bodes expiatórios do caos em que afundava a Alemanha. A tradução “teórica” dessa convicção, nós a encontramos no último parágrafo da observação preliminar originalmente publicada no primeiro volume dos ensaios reunidos de sociologia da religião (WEBER, 2020, p. 25-26).

A terceira parte da obra, dedicada aos “Ordenamentos do saber político”, é de especial interesse para os que se interessam pelos primórdios da sociologia política alemã. Weber viveu a transição de uma época em que a reflexão sobre o político passou das mãos dos historiadores e das “ciências do Estado” às mãos de pioneiros como Georg Jellinek e Robert Michels, e ainda a publicações especializadas como o *Handbuch der Politik* e a *Zeitschrift für Politik*. Em boa medida, é da experiência de viver numa nova “era axial”, marcada por conflito e racionalização crescentes, que emerge a concepção agonística da cultura em Weber, para quem “a luta é um elemento intrínseco a toda a vida cultural”. Para Hübinger (2019, p. 176), a categoria de “luta” adquire um estatuto verdadeiramente antropológico em Weber. Talvez se possa mesmo ver na antropologia política de Hemuth Plessner (MATA, 2020) – que, não por acaso, frequentou as *journalées* da Ziegelhäuser Landstrasse nos anos anteriores à guerra – uma sistematização de elementos que Weber apresentara, embora de forma ainda muito dispersa, em seus debates na *Associação para a Política Social*.

Na parte seguinte, “Reordenamento da Alemanha e do mundo”, o livro se volta para personagens e temas sob o pano de fundo da Primeira Guerra Mundial: o político liberal Gustav Stresemann, a questão do Estado nacional polonês, o já referido encontro de Lauenstein e, por fim, os prenúncios da sociologia da cultura nas obras de Weber, de seu irmão Alfred e de Ernst Troeltsch. O nacionalismo e as ambivalências da concepção de democracia de Weber são examinados com especial cuidado por Hübinger. A leitura destes capítulos permite perceber como o pensamento político de Weber, tal como sua sociologia, é o fruto de um longo processo de decantação de suas investigações sobre a realidade histórica. O caminho que leva do historiador do direito marítimo medieval e do direito agrário romano ao sociólogo da racionalização do mundo é essencialmente o mesmo que leva da escrita de “A situação da democracia burguesa na

Rússia” à análise do fenômeno burocrático, ou ainda da escrita de “Sufrágio e democracia na Alemanha” à de *Política como vocação*. É forçoso admitir, por outro lado, que os juízos de valor aparecem aqui de uma forma quase natural nesses textos, algo que Weber evidentemente não admitia em seus trabalhos científicos. Nós o vemos dizer, por exemplo, que os alemães não deveriam temer a adoção da democracia, uma vez que se tratava de um “povo de dominadores” (*Herrenvolk*).

Chegamos assim à última sessão, “O círculo de Weber e a ciência”. É curioso ver aqui a proximidade respeitosa, a despeito de todas as diferenças, entre *Denkräume* tão distintos – o do austromarxismo (Emil Lederer), o do círculo de Viena (Otto Neurath) e o neokantismo de Baden. Lederer assumiu em 1911 a função de secretário de redação do *Archiv*. Entusiasmados pela eclosão da revolução alemã de 1918-1919, Lederer e Neurath defendiam posições que Weber atacava com veemência. Diante dos planos anunciados pelo fugaz governo de Kurt Eisner de planificar a economia da Baviera, Weber escreve a Neurath afirmando que se tratava de uma “leviandade absolutamente irresponsável [...] que pode desacreditar o ‘socialismo’ por cem anos” (*apud* HÜBINGER, 2019, p. 319). Embora os dois homens tenham mantido contato amigável mesmo após o retorno de Neurath à Áustria, sua *Sociologia empírica* de 1931 era um evidente esforço de se contrapor à sociologia compreensiva.

Nos dois últimos capítulos, Hübinger deixa Weber de lado e passa ao weberianismo, analisando criticamente o legado de três grandes sociólogos inscritos nessa tradição: Mario Rainer Lepsius, Raymond Aron e Ralf Dahrendorf. Que o primeiro nome seja o menos conhecido entre nós, deveria causar impressão. Afinal, Lepsius, um dos mais influentes e criativos cientistas sociais de sua geração, nasceu no Rio de Janeiro em 1928. Seus estudos de sociologia histórica sobre a República de Weimar e o sistema partidário alemão fizeram época, em especial o conceito por ele proposto de “milieu social-moral”. O leitor brasileiro fica tentado a imaginar as possibilidades de interpretação da atual crise do nosso sistema político à luz de tal abordagem. Claramente ancorado em Weber, Lepsius observa que “[...] quanto mais tênue é a institucionalização, maior a personificação da liderança, e quanto mais intensamente esta é estruturada através de

laços de lealdade pessoais diretos com o líder, maior o seu carisma” (*apud* HÜBINGER, 2019, p. 348). Tendo essa constatação em mente, seria o caso de colocar de ponta-cabeça a vetusta tese de Sérgio Buarque de Holanda de que o funcionamento da democracia no Brasil é prejudicado por um personalismo atávico, emanado de nossas “raízes ibéricas”. Mas não é uma suposta cultura do personalismo que inibe a institucionalização democrática, e sim o oposto: a recorrência do personalismo é antes um *efeito* da precariedade da institucionalização e de consenso em torno das regras do jogo numa sociedade em que o grande esporte nacional, de uma ponta à outra do espectro político, é a crítica das instituições.

De toda forma, o exemplo de Lepsius ilumina uma das preocupações principais da sociologia histórica dos intelectuais em Hübinger (2019, p. 362), qual seja: o que significa, hoje, ser um intelectual weberiano? Em trabalhos anteriores, ele concluíra que ao contrário do tipo revolucionário, cuja “vocaçãõ” se consubstancia apenas na contestação radical, o *habitus* weberiano corresponderia ao modelo do “espectador engajado” (HÜBINGER, 2016). O termo, cunhado por Aron em suas memórias, designa para Hübinger uma atitude básica que consiste em apreender analiticamente, e em toda sua extensão, as tensões fundamentais de uma sociedade com o objetivo de, num segundo momento, refreá-las objetivamente (HÜBINGER, 2019, p. 137). Ser um intelectual weberiano, nessa perspectiva, significaria algo mais que se esmerar no uso ou na criação de tipos ideais, que avaliar continuamente o potencial analítico do legado científico de Max Weber, que apreender os fenômenos sociais em seu “vir a ser histórico”. Significa, em última instância, adotar uma *Realpolitik* capaz de orientar um agir coadunado com a “razão prática”. É oportuno, a nosso ver, que Hübinger tenha concluído seu belo livro com o elogio desse tipo de intelectual. Pois nunca, como hoje, ele foi tão necessário.

Referências

HÜBINGER, Gangolf. Max Weber e a história cultural da modernidade. **Tempo Social**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 119-136, 2012.

HÜBINGER, Gangolf. **Engagierte Beobachter der Moderne**. Vom Max Weber bis Ralf Dahrendorf. Göttingen: Wallstein, 2016.

HUIZINGA, Johan. **Nas sombras do amanhã**. Um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo. Goiânia: Caminhos, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. Mudança de experiência e mudança de método. Um esboço histórico-antropológico. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos de tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 48.

MATA, Sérgio da. Ser humano: político por natureza? **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 248-254, 2020.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 56-56, p. 185-194, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 2020.

Recebido: 30/05/2020

Aprovado: 17/07/2020

Metaweberianism

Abstract

Our aim is to review Gangolf Hübinger's most recent contribution to the Weber Studies, showing how intellectual history comprehends one of the very few domains in human sciences through which it is possible to understand and even to explain Weber in a Weberian way. This innovative approach further develops Koselleck's theory about the connection between methodological innovations and the emergence of *Zeitschwellen*, in dialogue with Lepsius' concept of social-moral milieu.

Keywords: Max Weber. Intellectual history. Sociology of intellectuals.